

# AL NOTÍCIAS

## CHIKUNGUNYA



**CONHECER  
PARA PREVENIR  
E COMBATER**

EXPERIÊNCIAS E ATITUDES NO ENFRENTAMENTO DO Aedes Aegypti  
27 DE MARÇO DE 2017 - FORTALEZA/CEARÁ

**SEMINÁRIO** PÁGINA 2

Autoridades defendem mobilização para diminuir proliferação do mosquito Aedes aegypti.



**COMISSÃO** PÁGINA 4

Parlamentares reúnem-se com bancada federal e defendem conclusão da transposição.



**RELATÓRIO** PÁGINA 2

Comitê de Prevenção de Homicídios na Adolescência monitora aplicação de recomendações

## CEARÁ SEM DROGAS REINICIA ENCONTROS

PRESIDENTE ZEZINHO ALBUQUERQUE (PDT) COMANDOU A CAMPANHA EM SOBRAL E HORIZONTE, MOBILIZANDO MAIS DE TRÊS MIL JOVENS NOS DOIS MUNICÍPIOS.



A Campanha Ceará sem Drogas retomou seus trabalhos no final de março, mobilizando cerca de 1.500 pessoas em Sobral dia 30/03 na 12ª edição e 2.000 em Horizonte no dia 31/03, na 13ª edição, reunindo em sua maioria, jovens. Em Sobral, o encontro foi realizado na Escola de Ensino Fundamental e Médio Professor Luís Felipe, no bairro Junco; em Horizonte, no ginásio Joaquim Domingos Neto.

O presidente da Assembleia, deputado Zezinho Albuquerque (PDT), idealizador da iniciativa, destacou em ambos os eventos, a importância desses encontros para alertar, sobretudo, a juventude sobre os problemas decorrentes do uso de droga e estimular os municípios a instalarem seus conselhos municipais de

políticas sobre drogas.

O parlamentar ressaltou o trabalho desenvolvido pelo Legislativo na prevenção da violência na juventude, citando as várias ações propostas no relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Ele comentou ainda sobre lei aprovada por unanimidade na Casa, que criou o Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Drogas. “O objetivo do fundo é facilitar a captação e repasse à população de recursos destinados à execução das atividades da Política Estadual sobre Drogas”, explicou.

Em Horizonte, Zezinho destacou a importância da criação do Batalhão de Divisas. “É preciso impedir que as drogas entrem em nosso Estado, já que o Ceará não é um estado produtor de drogas,

“

**É PRECISO IMPEDIR QUE AS DROGAS ENTREM EM NOSSO ESTADO, JÁ QUE O CEARÁ NÃO É UM ESTADO PRODUTOR DE DROGAS, ASSIM COMO PUNIR QUEM PROMOVE ESSE TRÁFICO.”**

**Zezinho Albuquerque (PDT)**, Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

assim como punir quem promove esse tráfico”, defendeu. De acordo com ele, já há sete equipes atuando nas fronteiras de todo o Estado.

O prefeito de Sobral, Ivo Gomes, ressaltou a importância de tratar a questão das drogas como de saúde pública. O prefeito de Horizonte, Chico César, afirmou que uma das “guerras” enfrentadas pelo município é contra as drogas.

Durante a palestra, o ex-jogador e comentarista esportivo Walter Casagrande comentou sobre a experiência dele como dependente químico. Segundo ele, o maior perigo da droga está na falsa sensação de prazer que ela passa. “Você sente um êxtase falso com a droga. A droga mente, o efeito dela é mentiroso, aquilo não existe”, alertou.

RÁPIDA

Servidores tem reajuste aprovado na AL

A Assembleia Legislativa aprovou no dia 16/03, projeto de lei do Poder Executivo que promove melhoria na remuneração de servidores públicos civis e militares do Estado, além de aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional. Os deputados acataram ainda outras quatro proposições do Executivo, uma do Tribunal de Justiça e um decreto legislativo de iniciativa da Mesa Diretora. Foi aprovado o valor da remuneração mínima dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional; a revisão geral da remuneração dos titulares de cargos comissionados e de funções de confiança; e a revisão da remuneração dos servidores públicos civis do Executivo.

QUEM FAZ

**MESA DIRETORA**  
**PRESIDENTE** - Zezinho Albuquerque (PDT)  
**1º Vice-presidente** - Tin Gomes (PSF)  
**2º Vice-presidente** - Manoel Duca (PDT)  
**1º Secretário** - Audic Mota (PMDB)  
**2º Secretário** - João Jaime (DEM)  
**3º Secretário** - Deputado Julinho (PDT)  
**4º Secretária** - Augusta Brito (PCdoB)

**SUPLENTE**  
 Robério Monteiro (PDT)  
 Ferreira Aragão (PDT)  
 Bruno Pedrosa (PP)

**AL NOTÍCIAS**  
**ÓRGÃO OFICIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**  
 nº 87ª, abril 2017  
**COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** - Adriano Muniz  
**EDIÇÃO** - Lúcia Stedile  
**REDAÇÃO** - Clara Guimarães, Dídio Lopes, Lúcia Stedile, Pedro Emmanuel Goes e Rita Damasceno.  
**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**  
 Alessandro Muratore e Alice Penaforte  
**TRATAMENTO DE IMAGENS** - Vladimir Moreira  
**FOTOGRAFIA** - José Leomar, Marcos Moura, Dário Gabriel, Bia Medeiros, Paulo Rocha, Júnior Pio, Máximo Moura  
**FOTO DA CAPA** - Marcos Moura  
**REVISÃO** - Carmem Santos  
**IMPRESSÃO** - PRINT GRÁFICA  
 Tiragem: 60 mil exemplares



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Fale com a gente

Av. Des. Moreira, 2807 | Dionísio Torres  
 CEP: 60170.900 | Fortaleza - Ceará

TELEFONE  
 (0XX85) 3277.2500

PORTAL  
 http://www.al.ce.gov.br

DISQUE ASSEMBLEIA  
 0800 280 2887

OUIDORIA  
 (0XX85) 3257.9797

ouvidoria@al.ce.gov.br

# Seminário discute enfrentamento ao Aedes Aegypti

COM A PARTICIPAÇÃO DE 71 MUNICÍPIOS, O EVENTO DESTACOU A IMPORTÂNCIA DE UNIR FORÇAS NO COMBATE AO Aedes Aegypti

Deputados e autoridades da área da saúde defenderam a mobilização da sociedade para diminuir a proliferação do mosquito Aedes aegypti. A ideia foi apresentada durante o seminário "Chikungunya, conhecer para prevenir e combater - Experiências e atitudes no enfrentamento do Aedes aegypti". Promovido pela Frente Parlamentar de Combate ao Aedes Aegypti, o encontro foi realizado no dia 27/03, no auditório Deputado João Frederico Ferreira Gomes, no Anexo II da Assembleia Legislativa. Participaram especialistas do Ceará, da Bahia, do Rio de Janeiro e de Goiás. Eles discutiram as políticas públicas, estratégias e ações de enfrentamento ao mosquito transmissor da dengue, zika e febre chikungunya.

O presidente da Frente Parlamentar, deputado Carlos Matos (PSDB), apontou, como única solução para o combate ao mosquito a articulação dos municípios e o total comprometimento da população. "Controlar o mosquito não é suficiente. Temos que sufocá-lo. E, para isso, precisamos nos unir e tomar como exemplo as experiências exitosas de al-



guns municípios e estados", defende.

Para o presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde da Casa, deputado Carlos Felipe (PCdoB), as ações devem ter como principais ferramentas a assistência e a informação. "Já sabemos que a melhor hora para se combater o mosquito é enquanto ele ainda está na forma de larva. Então, o trabalho dos nossos representantes de saúde nas visitas às casas e a

informação de como podemos evitar que o mosquito ponha seus ovos são determinantes para acabar com a doença", avalia.

De acordo com o último boletim de arboviroses da Secretaria da Saúde do Ceará, as confirmações de chikungunya aumentaram 722% este ano. Dos 1867 casos confirmados, 67,7% concentraram-se nas faixas etárias entre 20 e 59 anos e 61,4% são mulheres.

## Comitê entrega recomendações a gestores



O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, da Assembleia Legislativa do Ceará, realiza no dia 02 de maio, um grande encontro em Fortaleza, onde 184 gestores municipais receberão o relatório final que se compõe de 12 campos de recomendações e evidências para o aperfeiçoamento de políticas públicas para diminuir o número de assassinatos entre jovens no Estado. Desde o início de março o Comitê vem monitorando as recomendações feitas às autoridades. "Vamos chamar todos os gestores municipais do Ceará. Nosso foco é a prevenção", diz o relator Renato Roseno (Pso). O Comitê vai começar monitorando as sete cidades que foram pesquisadas: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Eusébio, Sobral e Juazeiro do Norte. Outra meta é ampliar a atuação para as 33 cidades cearenses que matam adolescentes no Ceará.

## Aprovada reforma administrativa do Governo

A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou no dia 30 de março a reestruturação administrativa do Governo do Estado. O projeto nº 122/17, oriundo da mensagem nº 8.074/16, prevê a reforma administrativa do Estado, com o objetivo de garantir maior eficiência à administração pública. A matéria foi aprovada com três emendas, sendo uma do Executivo e duas de parlamentares.

A reforma pretende, segundo o Governo do Estado, "maior eficiência administrativa aliada à redução de despesas". Foram extintos 25% dos cargos comissionados. Com a redução do número de secretarias e de cargos em comissão, o Governo vai economizar R\$ 62 milhões por ano.

A mensagem previu a extinção ou o remanejamento de algumas secretarias, órgãos e cargos adjacentes. A Secretaria de Relações Institucionais foi extinta e suas atividades foram absorvidas pelo Gabinete do Governador. A Casa Militar perdeu o status de secretaria e foi incorporada ao Gabinete do Governador.

Já o Instituto de Desenvolvimento das Cidades (Ideci) foi extinto e as atribuições dele foram divididas entre o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e a Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra). O texto ainda promoveu mudanças na administração indireta, como a saída da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) da Secretaria das Cidades para a Seinfra.

# ATIVIDADES E EVENTOS DO LEGISLATIVO CEARENSE EM IMAGENS



Presidente da AL, deputado Zezinho Albuquerque (PDT), com parte da equipe que organiza os encontros.



Deputada Augusta Brito (PC do B)



Deputado Ely Aguiar (PSDC) conversa com estudantes na antessala do Plenário.



Ex-deputado George Valentim tomou posse como novo presidente do Inesp



Deputado Dr. Sarto (PDT) debate reajuste com os servidores.



Deputada Rachel Marques (PT)



Deputado Evandro Leitão (PDT)



Deputado David Durant (PRB)



Deputados Julinho (PDT) e Joaquim Noronha (PRP)



Deputado Roberto Mesquita (PSD) em palestra para estudantes



Deputado Fernando Hugo (PP)



Deputado Bruno Gonçalves (PEN)



Deputada Fernanda Pessoa (PR)

# Confira as ações e projetos dos parlamentares

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



>> Audic Mota (PMDB)

Dois projetos de lei em tramitação na Assembleia Legislativa, de autoria do primeiro secretário da Casa, deputado Audic Mota (PMDB), tratam de políticas de inclusão de pessoas com deficiência. O de número 09/17 inclui na lei 16.197/17, que dispõe sobre o sistema de cotas nas instituições de ensino superior do Estado do Ceará, a garantia de vagas para pessoas com deficiência. O de número 44/17 obriga a exibição de filmes publicitários que informem e esclareçam sobre os direitos da pessoa com deficiência nas salas de cinema do Estado do Ceará.

## SUPERLOTAÇÃO PRISIONAL



>> Carlos Matos (PSDB)

As unidades prisionais instaladas e em funcionamento no Estado do Ceará não poderão exceder a sua capacidade técnica de lotação em percentual acima de 20%. A determinação está prevista no projeto de lei nº 22/17, de autoria do deputado estadual Carlos Matos (PSDB), em tramitação na Assembleia Legislativa. A proposta tem como objetivo limitar a superlotação das unidades prisionais e assegurar a dignidade dos encarcerados. O parlamentar explica que a criação do teto para presídios permitirá também que o sistema de fato seja administrado.

## VIGILÂNCIA BANCÁRIA



>> Aderlânia Noronha (SD)

As agências bancárias no Ceará poderão ser obrigadas a contratar vigilância armada para atuar 24h por dia e finais de semana e feriados. A determinação está prevista no projeto de lei 37/17, de autoria da deputada Aderlânia Noronha (SD), em apreciação na Assembleia. A medida prevê que finais de semana e feriados os vigilantes que irão prestar o serviço contratado deverão permanecer no interior da agência, em local em que possam se proteger durante a jornada de trabalho, e dispor de botão de pânico e terminal telefônico, para acionar rapidamente a Polícia.

## COBRANÇA DE SERVIÇOS



>> Agenor Neto (PMDB)

Projeto de lei nº 10/17, em apreciação no Legislativo, apresentado pelo deputado Agenor Neto (PMDB), proíbe a inclusão de parcelas opcionais e cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de televisão, acesso à internet, fatura do cartão de crédito ou quota condominial na mesma fatura ou boleto bancário. O projeto determina ainda que o beneficiário do pagamento efetuado sem autorização fica obrigado a devolver as quantias cobradas e/ou pagas indevidamente, em dinheiro, com a devida correção.

## O QUE MUDA PARA VOCÊ?

O projeto que garante a inclusão das pessoas com deficiência na política de cotas busca assegurar melhor aproveitamento dos estudantes com deficiência nos processos seletivos das instituições de ensino superior do Estado, garantindo ações afirmativas em prol da concretização do princípio da igualdade. Já a exibição de filmes publicitários em salas de cinema visa ampliar a divulgação de informações sobre a legislação, as dificuldades cotidianas das pessoas com deficiência e os seus direitos como cidadão.

De acordo com o projeto, a aplicação de uma pena a um infrator tem dois vieses: a curto prazo tem-se o caráter punitivo da pena, e a longo prazo, a ressocialização, ou seja, a sua adaptação à vida em sociedade. Ao se limitar em 20% (vinte por cento) a sobrelotação, busca-se garantir as condições humanas mínimas como fator de ressocialização. A superlotação tem favorecido a uma geração de internos revoltados, que saem das unidades com um sentimento de repulsa ainda maior para com a sociedade.

Os estabelecimentos bancários são assaltados com uma frequência cada vez maior, especialmente à noite, feriados e finais de semana, quando o movimento de pessoas é menor e não há efetivo de segurança armada. A medida visa garantir a segurança de clientes, para poderem usar os caixas eletrônicos com tranquilidade, e dos trabalhadores da instituição. A parlamentar lembra tanto os bancos públicos quanto privados, possuem elevada lucratividade, e o que se espera deles é que invistam na segurança de sua clientela.

Administradores de cartão de crédito e outros fornecedores muitas vezes incluem em seus boletos de cobrança bancária parcelas opcionais e, inadvertidamente, muitas pessoas acabam pagando essas parcelas sem perceber que estão contratando um serviço. O projeto tem por finalidade garantir a proteção do consumidor e coibir a indução do mesmo ao erro em cobranças irregulares por serviços não contratados. Assim, toda e qualquer cobrança que não se refira ao próprio serviço ou bem contratado deverá ser disponibilizada em fatura distinta à fatura principal.

# TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

## PARLAMENTARES REÚNEM-SE COM AUTORIDADES E BANCADA FEDERAL E DEFENDEM IMEDIATA CONCLUSÃO DAS OBRAS

A Comissão de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca da Assembleia Legislativa discutiu no dia 20/03 a crise hídrica no Ceará. O presidente do Colegiado, deputado Carlos Matos (PSDB), pediu o apoio da bancada federal do Estado para pressionar pela conclusão das obras do eixo norte da transposição do rio São Francisco, por meio do qual a água chegará ao Ceará.

Além disso, o parlamentar defendeu a inclusão, na área do semiárido brasileiro, de mais 30 municípios cearenses. Eles foram excluídos da classificação por não haver estudos indicando pluviosidade abaixo de 800 mm anuais. "A Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme) já concluiu estudos sobre a pluviosidade dos últimos 30 anos em oito municípios que podem ser enquadrados imediatamente na zona do Semiárido, os qualificando a receber políticas públicas reservadas aos municípios com baixa pluviosidade", informou.



Na avaliação do deputado federal Raimundo Matos (PSDB/CE), mesmo com a conclusão da transposição do rio São Francisco, a crise hídrica da região do semiárido persistirá. Por isso, ele defendeu a necessidade de avaliar a possibilidade de transposição do rio Tocantins. "Nós tam-

bém precisamos assegurar a revitalização do São Francisco e pensar em um gerenciamento nacional dos recursos hídricos, como acontece na distribuição de energia elétrica", comentou.

O deputado federal Paulo Henrique Lustosa (PP/CE) lembrou que a transposi-

ção foi idealizada apenas para assegurar o consumo humano e animal. Para ele, é importante também levar em conta abastecimento de água como fator de desenvolvimento econômico. "Nenhuma empresa irá se instalar no Pecém se não houver a garantia do abastecimento de água", ressaltou.

Já o deputado federal Cabo Sabino (PR/CE) informou que em 2017 os deputados asseguram cerca de R\$ 112 milhões para obras hídricas. Ele antecipou que, até o início de abril, a licitação do restante da obra do eixo norte da transposição será concluída e as obras retomadas.

O representante da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Wanderley Guimarães, assegurou que o abastecimento de Fortaleza está garantido até o final do ano mesmo que não sejam registradas novas precipitações. No entanto, ele alertou que as chuvas que aportam águas nos principais reservatórios do Estado – como Castanhão, Orós e Banabuiú – ainda não são significativas.